

Acervos escolares: possibilidades e aproximações entre a Arquivologia e a Museologia

School collections: possibilities and approaches between Archival Science and Museology

Tatiane Vedoin Viero^{*}; Renata Brião de Castro^{**}; Patrícia Weiduschadt^{***}; Eduardo Arriada^{****}

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar os usos, as possibilidades e as aproximações entre o campo da História da Educação e as áreas de Arquivologia e Museologia numa especificidade que são os acervos escolares. Como pano de fundo, o trabalho traz duas pesquisas que vêm sendo realizadas em nível de pós-graduação na área da História da Educação. A partir dos acervos escolares utilizados como fontes para a pesquisa histórica, será possível realizar algumas teorizações no que tange ao uso desses acervos arquivísticos e museológicos e, conseqüentemente, abordar teoricamente conceitos referentes às respectivas áreas, arquivologia e museologia. O artigo se ampara nos autores Nora (1993); Bellotto (2006), Lopes e Galvão (2001), Mogarro (2005) e Paes (2004). Organizamos o presente texto da seguinte forma: primeiramente abordaremos os aspectos introdutórios, depois teorizações acerca dos acervos escolares, arquivos e museus e, por fim, trataremos especificamente dos acervos utilizados nas duas pesquisas.

Palavras-chave: Patrimônio. História da educação. Acervos escolares. Arquivologia. Museologia.

Abstract: This study is aimed at presenting the uses, possibilities and approaches between the field of History of Education and the areas of Archival Science and Museology applied to the specificity of school collections. Two surveys, which have been carried out in post-graduate level, in the area of History of Education, are used as background. From the school collections used as sources for historical research, the study theorizes on the use of these archival and museum collections, and therefore theoretically addresses concepts related to such areas – Archival Science and Museology. The study is based on the following authors: Nora (1993), Bellotto (2006), Lopes and Galvão (2001), Mogarro (2005), and Paes (2004). Regarding the text

^{*} Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande-FURG, doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL. Atua como arquivista na FURG. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivos universitários, conservação preventiva, gestão de documentos e na área de Ciências Humanas: História e memória, extensão universitária e educação superior. tatianeviero@gmail.com

^{**} Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFPEL, bolsista CAPES. Possui Bacharelado em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas. Atua principalmente nos seguintes temas: história da educação, imigração e escolarização, acervos, memória, museu de colônia, educação para o patrimônio, centros de documentação. renatab.castro@gmail.com

^{***} Possui graduação em Educação Física e mestrado em Educação ambos pela UFPEL e doutorado em Educação pela Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos. Atua profissionalmente como Professora Efetiva da UFPEL, lotada no Departamento de Fundamentos da Educação - Faculdade da Educação. É Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: fundamentos da educação, pomeranos, luteranismo, identidade, memória, Sínodo de Missouri, escola, educação e acervos e instituições escolares. prweidus@gmail.com

^{****} Possui graduação em História pela UFPEL, graduação em Estudos Sociais pela Universidade Católica de Pelotas, graduação em Direito pela UFPEL, mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e doutorado em Educação pela PUC-RS. Atualmente é professor no Programa de Pós-graduação em Educação pela UFPEL, integrante do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação e coordenador do Centro de Documentação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação, história regional do Rio Grande do Sul, livreria e editoras, educação, império, século XIX, educação e memória. earriada@hotmail.com

organization, first introductory aspects are discussed, then school collections, archives and museums are theorized about, and finally specifically the collections used in the two surveys are approached.

Key-words: Heritage. History of Education. School collections. Archival Science. Museology

1. Introdução

Este trabalho se propõe a escrever acerca das aproximações entre o campo da História da Educação e as áreas de Arquivologia e Museologia tangenciadas pela discussão a respeito da preservação dos acervos e arquivos escolares, além das potencialidades de seus usos para as pesquisas no referido campo.

Dessa forma, buscamos na presente pesquisa teorizar sobre os acervos de forma geral e, em específico, sobre os acervos escolares. Igualmente, abordamos nessa discussão conceitos pertinentes às duas áreas de conhecimento mencionadas acima. Em um segundo momento, contextualizaremos os acervos e arquivos escolares pesquisados; um localizado no Museu Histórico Universitário Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos – NUME - e outro na Escola Garibaldi, no interior do município de Pelotas/RS.

Na presente pesquisa, abordamos dois tipos de instituições que preservam acervos. O NUME, um museu histórico vinculado à Universidade Federal do Rio Grande - FURG, o qual guarda objetos tridimensionais e arquivos como mobiliários, indumentárias, equipamentos e fotografias utilizados e resultantes das atividades administrativas e acadêmicas da universidade e a Escola Garibaldi, uma escola municipal rural, que guarda em seu arquivo documentos (em suporte papel) da escrituração escolar. Assim sendo, podemos dizer que estamos abordando duas instituições diversificadas no que tange à constituição dos acervos. A primeira é uma instituição museal voltada para a preservação do patrimônio escolar, sendo esse seu objetivo principal. A segunda é uma instituição escolar na qual, por natureza, a questão dos acervos está no plano secundário, visto que não é objetivo primeiro das escolas a salvaguarda do patrimônio. O que estamos pontuando aqui é que se tratam de duas instituições diferentes, uma escola e um museu, no entanto ambas possuem em comum o fato de salvaguardarem arquivos e acervos escolares, seja referente a história da escola (no caso da Escola Garibaldi), ou referente a FURG (no caso do NUME). Destacamos o conceito de acervo conforme a terminologia arquivística, como sendo os **“documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora”** (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 19, grifo do autor). Elencamos também a seguinte definição, no que tange a acervos de instituições museológicas:

“compreende o conjunto de bens culturais, de caráter material ou imaterial, móvel ou imóvel, que integram o campo documental de objetos/documentos que corresponde ao interesse e objetivo de preservação, pesquisa e comunicação de um museu¹”.

Sobre os acervos escolares podemos considerar, ainda, que se tratam de todos os documentos, objetos, materiais, bens móveis e imóveis que compõem o cotidiano do fazer escolar, como, por exemplo, os documentos arquivísticos, os museológicos, os bibliográficos, os móveis e os prédios escolares. Neste sentido, ressaltamos a importância da articulação entre a Arquivologia, a Biblioteconomia, a História e a Museologia no que concerne ao tratamento técnico destes. No entanto, neste artigo buscamos pontualmente destacar esta articulação entre a Arquivologia e a Museologia. Assim, temos por objetivo destacar por meio do relato de duas experiências de pesquisa de pós-graduação em Educação (uma em nível de mestrado e a outra em nível de doutorado), na Linha de Filosofia e História da Educação, o uso, as possibilidades e as aproximações existentes entre a Arquivologia e a Museologia, em relação aos acervos escolares.

A pesquisa utiliza de conceitos presentes tanto na Arquivologia quanto na Museologia, como exemplo, arquivos permanentes/históricos, acervo e documento.

No que tange a guarda e custódia dos arquivos e documentos pelas duas instituições pesquisadas, a Escola e o Museu, a primeira preserva os documentos referentes a organização da escola, ou seja, livros de atas, exames finais, livros de matrícula e fotos, não há na instituição objetos tridimensionais e nem a configuração de um museu ou arquivo institucionalizado, mas sim a guarda desses documentos pela escola. Já o museu, guarda objetos e documentos como projetos, relatórios, teses, publicações da universidade, mapas, jornais, fotografias, quadros, placas, objetos de uso pessoal, equipamentos e móveis que documentam a história da FURG desde as primeiras faculdades na década de 50 até os dias atuais.

No que concerne ao conhecimento científico, as questões apresentadas neste artigo contribuem ao entendimento da gestão dos acervos escolares e, conseqüentemente, da sua preservação².

Desta forma, para melhor sistematização das reflexões, organizamos o presente texto da seguinte maneira: em um primeiro momento discutiremos alguns

¹ Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/ComoCriarMuseu_Orientacoes.pdf>. Acesso em: 23 jun, 2017.

² É oportuno mencionar que uma das autoras deste artigo é arquivista e a outra é museóloga, ambas possuindo conhecimento técnico e científico, além de disporem de produções científicas sobre o assunto.

conceitos pertinentes a acervos escolares e, posteriormente, apresentaremos as duas pesquisas realizadas, inter-relacionando a empiria com a teoria.

2. Os acervos escolares: conceitos e características

Com a utilização da corrente histórica da História Cultural,³ pelos pesquisadores da História da Educação, os temas e as fontes utilizados alargaram-se propiciando novas abordagens historiográficas. Os acervos escolares passam a ser utilizados como o próprio objeto de estudo e não mais somente como fontes para as pesquisas históricas educacionais.

Podemos dizer que o termo acervo refere-se ao conjunto de documentos e objetos que integram fundos ou coleções de uma pessoa física ou jurídica, de natureza pública ou privada, constituindo-se em seu patrimônio. No caso dos acervos escolares, estes se remetem aos seus documentos, objetos e bens que constituem o patrimônio escolar, a rotina da escola, ou de outra instituição de ensino, como por exemplo, as universidades.

A preservação do acervo escolar trata-se de um ponto muito relevante, pois se inicia já no momento da produção deste e prolonga-se pelo uso e correta destinação. É com a correta ordenação e preservação que este conjunto patrimonial pode e deve ser disponibilizado para a pesquisa e também assegura a salvaguarda memorial. Em relação à preservação dos acervos documentais, por exemplo, Bonato (2005) menciona que muitas escolas preservam os diários oficiais por entenderem se tratar de documentos oficiais e não preservam os diários de classe e cadernos dos alunos porque entendem que não são fontes oficiais, destruindo, desse modo, materiais relevantes às pesquisas em História da Educação. O autor ainda salienta a denominação de arquivo morto para se referir aos arquivos permanentes, históricos, sugerindo a existência desta documentação como sem utilidade apenas por não ser mais frequentemente acessada pela administração escolar.

Zaia (2005) destaca uma questão importante em relação ao tratamento e preservação dos acervos escolares,

Ao reunir documentos do arquivo, livros, peças do mobiliário e, em um momento posterior, organizar base de dados referenciais da documentação acumulada é fundamental ter clareza das diferenças de tratamento de cada um dos materiais recolhidos dentro da escola, atentando para as práticas específicas de cada uma das áreas

³ Ver Pesavento (2004) e Burke (2005).

envolvidas quer seja de biblioteca, museu, arquivo ou centro de documentação (ZAIA, 2005, p.160).

É relevante o papel de cada profissional a respeito da preservação de todo acervo específico, como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. A aproximação e a interlocução são estratégicas em muitos casos de acervos que abrangem essas tipologias. Zaia (2005) ainda acrescenta essa necessidade de diálogo em relação aos procedimentos de conservação, organização e divulgação do acervo escolar.

Destacamos, ainda, que os acervos escolares não se constituem somente de arquivos, mas também de objetos que da mesma forma proporcionam estudos sobre a cultura material escolar. Ainda há certo impasse teórico em relação à custódia desses acervos, se devem ficar sob responsabilidade do arquivo ou do museu. Porém, embora esse impasse, sugerimos que sejam preservados e disponibilizados para as pesquisas havendo um diálogo entre as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

O acervo arquivístico constitui-se de documentos de arquivos que fazem parte da sociedade, resultam da atividade humana e podem ser definidos como o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada. Possuem natureza orgânica em sua acumulação e são conservados para fins de prova e informação (PAES, 2004). Ou seja, os arquivos acumulam-se de forma natural no decorrer das atividades e funções das pessoas tanto físicas, quanto jurídicas.

Por arquivo escolar entendemos um conjunto de “documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte ou informação ou a natureza dos documentos” (MEDEIROS, 2003 *apud* BONATO, 2005).

Conforme Bellotto (2006), há três idades dos arquivos, as quais nomeia de “teoria da idade dos arquivos”. Para a autora, os arquivos são constituídos por: corrente, intermediário e permanente ou histórico. Os documentos de arquivo são criados para uma função específica, seja ela administrativa ou jurídica. Esta seria a primeira idade dos arquivos, ou seja, são produzidos pelas instituições documentos necessários a sua organização. Passados alguns anos, esses documentos podem vir ou não a se configurar como arquivos permanentes/históricos (BELLOTTO, 2006). Esses arquivos são constituídos depois que os documentos não são mais utilizados para a função para a qual foram criados, tendo assim um caráter histórico.

Nesse sentido e tendo em mente as questões explanadas anteriormente, é importante referir que os acervos de arquivos que serão utilizados como fontes para a pesquisa histórica estão na última fase da chamada idade dos arquivos, a saber, permanentes ou históricos. O arquivo da Escola Garibaldi pode ser pensado como arquivo permanente/histórico, uma vez que já não serve mais à finalidade para qual foi criado, o mesmo ocorrendo com os fundos arquivísticos custodiados no acervo do Museu Histórico Universitário NUME. Conforme Mogarro:

Os fundos arquivísticos são constituídos por documentos específicos, produzidos quotidianamente no contexto das práticas administrativas e pedagógicas; são produtos da sistemática “escrituração” da escola e revelam as relações sociais que, no seu interior, foram sendo desenvolvidas pelos actores educativos (MOGARRO, 2005, p. 91).

Os documentos de arquivo são produzidos para que a instituição responsável possa exercer suas atividades e sua missão, o que leva à produção de documentos que, de modo geral, num primeiro momento, têm uma utilização voltada às atividades da própria instituição e só num segundo momento se tornam documentos históricos imbuídos de valor memorial (SILVA, 2008).

O termo arquivo também se aplica ao móvel de guarda dos documentos e à instituição responsável pela sua gestão, guarda e preservação. Quanto à Arquivologia ou Arquivística é considerada por alguns autores como técnica, como disciplina ou, ainda, como ciência. Aqui, optamos pela definição de Delsalle (1998, *apud* RICHTER *et.al.*, 2004, p.64) “[...] a Arquivologia é a ciência que estuda os princípios e os métodos empregados na conservação dos documentos de arquivos, permitindo assegurar direitos, interesses e a memória das pessoas físicas e jurídicas”.

O acervo bibliográfico refere-se a obras como livros, artigos, periódicos, revistas, entre outros, sendo considerado por Paes (2004, p.16) “[...] o conjunto de material, em sua maioria impresso, disposto ordenadamente para estudo, pesquisa e consulta”.

Os centros de documentação possuem atividades próprias da Biblioteconomia, Arquivologia e informática⁴, seu campo de atuação é maior, a essência deixou de ser o documento para ser a informação. Os centros de documentação têm por finalidade organizar, armazenar, classificar, selecionar e disseminar toda a informação (PAES, 2004).

⁴ Acrescentamos também a Museologia.

Em relação ao acervo museológico, este se constitui de peças ou objetos relacionados a um determinado tema ou assunto. Seu ajuntamento se dá pela constituição de coleções, ou seja, os objetos “perdem” as funções originais e passam a ser preservados para fins históricos, científicos, artísticos e culturais.

A Museologia é definida por alguns autores como disciplina ou ciência, mas, em sua maioria, é considerada a ciência que administra, organiza, preserva e expõe peças em museus, embora mais recentemente há autores que a consideram como a ciência que estuda a relação dos museus com a sociedade. Para Bruno:

Diversos autores aceitam que a Museologia está se estruturando enquanto área do conhecimento, na medida em que procura compreender, teorizar e sistematizar a especificidade da relação entre o Homem (elemento de uma sociedade) e o Objeto (parte de uma coleção e fragmento do patrimônio), em um Cenário (instituição historicamente conhecida). Para tanto, vem sendo ensinada (nas universidades) e aplicada (nos museus) a partir das variáveis: coleta, documentação, conservação, exposição e educação (BRUNO, 1997, p.08-09).

Chagas (2002) relata que frequentemente se atribui às instituições de memória, em particular aos museus, a função de casas de guarda de tesouros. Quanto à origem da palavra, esta se origina na Grécia, com o Templo das Musas, geradas a partir da união de Zeus (identificado com o poder) e Mnemósine (identificada com a memória). Assim, os museus estão vinculados à memória e ao poder. A própria função do lembrar e esquecer tem um objetivo na sociedade.

Sobre museus escolares, cabe salientar que são os lugares de preservação da cultura material escolar, que vem cada vez mais sendo valorizada como categoria de análise pelos pesquisadores da História da Educação. A cultura material escolar materializa-se através dos artefatos como cadeiras, mesas, materiais escolares, etc. A cultura escolar por sua vez, relaciona-se com o seu cotidiano, com o seu fazer escolar.

Nesse contexto, trazemos as reflexões de Pomian (1984) com os objetos semióforos, os quais, de acordo com esse autor, são objetos que não se prestam mais a uma função útil, mas sim, estão carregados de um sentido simbólico e de um significado quase que especial.

Ao refletirmos sobre os objetos preservados em museus e relacionando com Pomian (1984), esses objetos, ao adentrarem no espaço museal, estão imbuídos de um significado e, de certa forma, de uma memória que se pretende preservar juntamente com as características físicas do objeto.

Dessa maneira, na próxima seção abordaremos especificamente os acervos pesquisados por meio das duas pesquisas realizadas, bem como o diálogo entre as duas áreas (Arquivologia e Museologia) e o campo da História da Educação.

3. Os acervos pesquisados: constituições e características

Primeiramente, abordaremos a pesquisa de mestrado que objetiva analisar o surgimento e os anos iniciais de uma escola rural, a Escola Garibaldi⁵, e para isso utiliza como fonte os documentos do arquivo da escola. Na sequência, focaremos na pesquisa de doutorado que analisa a memória da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, através da gênese e trajetória do Museu Histórico Universitário Núcleo de Memória Eng.º Francisco Martins Bastos - NUME.

Percebemos na Escola Garibaldi certo cuidado e organização na preservação de seus documentos históricos, pois se encontram organizados, além dos livros de atas de exames finais e livro de notas, livros de matrícula e também álbum de fotos de cada ano escolar, e esse é o material ao qual nos referimos que a escola guarda. As escolas, principalmente as públicas, não salvaguardam a sua documentação, as escolas que guardam seu material constituem uma minoria.

Alguns autores escrevem sobre a preservação de acervos escolares, de que não há uma política pública instaurada, e sim depende da boa vontade pessoal de alguém interessada na escola, ou de algum grupo de pesquisa que se interesse pela salvaguarda do material. (ARRIADA & TEIXEIRA, 2012; OLIVEIRA, 2014). Na Escola Garibaldi, parece que os gestores, ao longo do tempo, tiveram esse cuidado e essa preocupação com a salvaguarda desses documentos, fato que pode estar relacionado à ligação entre a escola e a comunidade, ou seja, o grupo faz parte da cultura local. Alguns materiais preservados no arquivo da escola podem ser vistos na imagem a seguir (Figura 1).

A maioria dos professores que hoje trabalha na instituição foi aluno da Escola Garibaldi é morador da localidade e atua profissionalmente nesse espaço educativo, o que faz pensar que a preservação desses documentos se deu de forma coletiva e agregada entre escola e comunidade.

⁵ A Escola Garibaldi está localizada na localidade denominada de Colônia Maciel, numa comunidade formada por imigrantes de origem italiana.



Figura 1 - Alguns dos documentos preservados no arquivo da Escola Garibaldi.
Fonte: Acervo pessoal das pesquisadoras

É importante destacar o longo tempo de permanência do primeiro professor à frente da escola, permitindo inferir que a preservação desses documentos também teve influência da figura pessoal de José Rodegueiro, através do engajamento profissional e pessoal na comunidade, porque, além dos documentos considerados oficiais, o manuscrito⁶ deixado pelo referido professor demonstra a preocupação em registrar aspectos históricos da escola e da localidade.

Ressaltamos que, além dessa preservação por parte do professor, que se preocupou em deixar na escola esse documento, houve por parte da instituição escolar esse cuidado com a salvaguarda desse manuscrito e com os demais documentos citados.

A fim de refletirmos sobre os documentos e a preservação destes, buscamos apoio em Mário Chagas (1996) que, numa perspectiva museológica, nos diz que objetos, sejam eles bidimensionais ou tridimensionais, são documentos, desde que haja um olhar crítico acerca dos mesmos. De acordo com o autor: “um documento se

⁶ Esse documento foi escrito pelo professor José Rodeghiero contendo aspectos da história da Escola Garibaldi sob a visão do professor. Encontra-se atualmente no arquivo da Escola Garibaldi.

constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar investigativo” (CHAGAS, 1996, p. 43).

Mário Chagas (1996) nos traz a perspectiva de documento enquanto aquilo que ensina, aquilo que pode ser utilizado para ensinar algo a alguém. Nessa mesma linha, vale lembrar Le Goff quando diz que *documentum* deriva de *docere*, que significa ensinar (1990).

Sobre este tema, Possamai escreve: “as operações relacionadas ao patrimônio implicam, antes de qualquer coisa, uma seleção dos elementos culturais que serão alvo das práticas de preservação” (POSSAMAI, 2000, p.17).

Dessa forma e retomando as discussões aludidas anteriormente acerca da preservação de acervos, corroboramos a reflexão de Possamai sobre a seleção de elementos culturais, visto que na preservação de acervos está inerente o processo de seleção desses por parte de instituições e/ou pessoas.

Conforme Mogarro (2005), os arquivos escolares se constituem como importantes instrumentos para a história da escola e da construção da memória educativa. Ainda de acordo com a autora, os documentos de arquivos refletem a vida da instituição que os produziu, sendo necessários para o trabalho do historiador e para a pesquisa histórica. Dessa maneira, compreendemos que os arquivos das instituições escolares se configuram como relevantes espaços de guarda de documentos que podem vir a se configurar como fontes para a pesquisa histórica. Entretanto, conforme evidenciamos acima, não há uma política de preservação instaurada no que tange à guarda e à preservação desses materiais. Após o uso imediato desses documentos, ou seja, após cumprir as funções para as quais foram criados, a salvaguarda desses documentos fica a critério da direção da escola ou de alguém interessado na sua guarda, iniciativas pessoais ou de grupos de pesquisas interessados, ficando, por vezes, sujeito a mudanças na estrutura da escola, a mudanças de prédio ou à falta de espaço para abrigar o arquivo permanente da instituição escolar. Sendo assim, a possibilidade de encontrar arquivos preservados vai depender muito de cada escola e não de uma política que reja esse processo.

Por vezes, os acervos e arquivos escolares de algumas instituições são preservados e organizados por atuação de algum grupo de pesquisa junto à instituição. O que confirma a assertiva da falta de uma política de preservação a nível mais abrangente.

A segunda pesquisa aborda, por sua vez, a constituição do Museu Histórico Universitário NUME, que pertence à FURG, criada oficialmente em 20 de agosto de 1969, através do Decreto-Lei nº 774, que autorizou o seu funcionamento como Universidade do Rio Grande (URG). Em 21 de outubro de 1969, foi aprovado o Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande, como uma entidade mantenedora da URG.

O NUME teve sua gênese em um projeto de extensão de 1994 em decorrência da comemoração dos 25 anos de fundação da Universidade, sendo que neste mesmo ano foi desativado, sendo reativado em 1999, quando foi consolidado e oficializado como um Museu Histórico da FURG, contendo em seu acervo histórico o arquivístico, o bibliográfico e o museológico. Atualmente, o NUME está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC.

Quando da passagem dos 25 anos de fundação da FURG, instituiu-se a “Comissão Coordenadora das Festividades Alusivas ao 25º Aniversário da Universidade Federal do Rio Grande”, ligada ao Gabinete do Reitor e presidida pela professora Irani Barlem Círia⁷. No mesmo ano, as professoras Nilza Rita Fontoura e Lília Maria B. Hartmann responsabilizaram-se pela execução do projeto de extensão denominado “Núcleo de Memória da URG”⁸, que nasceu conforme descrito no próprio documento, “da necessidade de se resgatar a memória da universidade”, por ocasião dos seus 25 anos.

Após a comemoração dos 25 anos da FURG em 1994, o projeto foi interrompido, sendo reativado somente em 1999, desta vez pela passagem dos 30 anos de fundação da Universidade. Mais uma vez, instituiu-se uma nova comissão, denominada “Subcomissão do Núcleo de Memória”, coordenada pela professora Aída Luz Bortheiry Meirelles por iniciativa da então Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - PROACE. Desenvolveram-se atividades dentro de um novo projeto de extensão, concretizando-se como uma atividade permanente de extensão, pesquisa e ensino.

Em 17 de dezembro de 1999, o NUME consolida-se como um órgão ligado à PROACE. Em 07 de janeiro de 2000, o NUME foi inaugurado na sala 19 do *Campus Cidade*. O reitor na época, Prof. Dr. Carlos Alberto Eiras Garcia, expediu um memorando circular solicitando a doação de materiais que documentassem a história

⁷ Esta Comissão foi nomeada pela Portaria 1313/93 de 09 de dezembro de 1993 do Gabinete do Reitor.

⁸ Universidade do Rio Grande como a FURG era denominada então à época.

da Universidade, o que demonstra a ausência de uma política de memória na Instituição.

Acerca da falta de uma política de memória ou de preservação para esses documentos oriundos da cultura escolar, escrevem Arriada, Tambara e Teixeira (2015) que muitas vezes encontrar esses materiais se torna um acaso de sorte, dada a ineficácia de uma política voltada para esse fim da preservação dos acervos, sejam escolares ou não.

Em relação à constituição do acervo⁹, o entrevistado Péricles Gonçalves relata que o NUME nasceu de uma exposição temporária em decorrência dos 25 anos da fundação da Universidade, contando com a ajuda de muitas pessoas, pois foi solicitado que cada um colaborasse com o que pudesse rememorar uma determinada época, uma determinada turma ou curso. O entrevistado ainda indicou que acabaram recebendo mais coisas do que se imaginava e, assim, a exposição, que duraria um determinado tempo, acabou sendo prorrogada porque “as pessoas se entusiasmaram”. Foi a partir dessa situação que se teve a ideia de um Núcleo de Memória Permanente, criando-se, então, uma comissão composta por diversos professores.

Ainda de acordo com Péricles Gonçalves, no início houve problema de espaço físico, sendo que, por um período, todo o acervo que havia sido doado para a exposição dos 25 anos ficou praticamente amontoado na sala 19 (do pavilhão em que se encontra o NUME), atrás de um biombo, sem organização e sem acesso. Foi quando o entrevistado assumiu a PROACE e transformou o local onde o acervo encontrava-se amontoado no primeiro local definitivo do NUME, como pode ser visualizado na fotografia a seguir (Figura 2).

⁹ Já foram entrevistadas para a pesquisa duas pessoas, sendo elas: o ex-presidente do Museu Professor Oswaldo de Paula Barbosa e o atual presidente professor Péricles Gonçalves que também foi Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis em 1999 na época da criação do NUME.



Figura 2 - Acervo histórico do acervo do NUME na sala 19 (gênese do museu).
Fonte: Acervo do NUME

Em 20 de agosto de 2001, o NUME instalou-se em nova sede (sede atual), nesse espaço havia funcionado a Reitoria da FURG nos anos 80 a 2001, também no *Campus Cidade* (atual *Campus Rio Grande do IFRS*). A sala atual de exposições do NUME pode ser observada a seguir (Figura 3).



Figura 3 - Sala de exposição permanente do NUME.
Fonte: Acervo do NUME

Desta forma, posteriormente: “logo após a reativação do NUME, verificou-se a necessidade de criação de um espaço próprio dentro da universidade **para recolher a maior parte dos documentos no campo intelectual e para que as pesquisas sobre a história da universidade fossem realizadas**” (BORTHEIRY-MEIRELLES, 2008, p.198, grifo nosso). Assim, destacamos que o NUME nasceu com a incumbência de preservar e disponibilizar fundos e coleções de materiais e objetos que reportam ou pertençam à memória e à história da FURG. A Universidade possui um complexo de museus que tem significativamente contribuído por meio de exposições permanentes e itinerantes pela sua capacidade de diálogo com a comunidade riograndina no que tange ao mundo oceânico, pois a FURG tem por Filosofia e Política, aprovada pelo Conselho Universitário através da Resolução 014/87, a vocação institucional voltada ao Ecosistema Costeiro, que orienta as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Porém o NUME não faz parte deste complexo e tampouco dos museus de Rio Grande, conforme a narrativa¹⁰ do segundo entrevistado, o professor aposentado e ex-presidente do NUME Oswaldo José de Paula Barbosa.

A visão do NUME é registrar a trajetória institucional, homenageando ao passado e àqueles que nos antecederam e contribuindo para o impulso renovador na busca da qualidade e de novos horizontes para a Universidade. A sua missão é resgatar, preservar e divulgar a história da Universidade, construindo uma visão coerente do seu desenvolvimento, através da integração entre servidores ativos e aposentados, acadêmicos, graduados e pós-graduandos e comunidade geral. No projeto de extensão de 1994, o qual, podemos considerar como a gênese do NUME, os objetivos eram de:

[...] formar um banco de dados sobre a história da URG envolvendo informações: fotográficas, orais e áudio-visuais; encontrar um local permanente para exposição do material coletado, incentivar a pesquisa histórica como forma de avaliar a caminhada e projetar ações globais e retomar o projeto – URG – uma memória a ser preservada¹¹ (PROJETO DE EXTENSÃO “NÚCLEO DE MEMÓRIA DA URG”, 1994, p.01).

Desta forma, podemos notar a “evolução” e até as conquistas que tal projeto proporcionou ao longo do tempo, principalmente em relação ao espaço físico e à consolidação do mesmo como um museu histórico¹².

¹⁰ (Informação verbal) Entrevista realizada em 06 de agosto de 2015 (gravada e transcrita).

¹¹ Foi respeitada a grafia da época.

¹² O NUME não possui profissional técnico da área de acervos, ou seja, arquivista, bibliotecário, tampouco museólogo.

Sobre o acervo atual do Museu, sua tipologia compreende “a história universitária e produção acadêmica da comunidade universitária” (BORTHEIRY-MEIRELLES, 2008, p.221). A abrangência do acervo reúne:

Informações relevantes e materiais (projetos, relatórios, teses publicações, mapas, jornais, fotos, quadros, placas, objetos de uso pessoal, equipamentos e móveis) que documentam a história da FURG desde as primeiras faculdades na década de 50 até os dias atuais, ressaltando o ser e o fazer das lideranças que possibilitaram que a universidade se tornasse uma realidade bem como a interação universidade-comunidade (BORTHEIRY-MEIRELLES, 2008, p.222).

O acervo do Museu se constitui de doações de membros da comunidade universitária e da comunidade geral, neste ato o doador preenche uma ficha de doação. Posteriormente a este procedimento, o material é encaminhado para o próximo passo, que é o registro e tombamento museológico, logo após é encaminhado à reserva técnica do acervo, ficando o NUME responsável pela sua custódia e preservação.

O NUME, como visto anteriormente, nasce como um projeto de extensão para recuperar a memória da FURG pela passagem de seus 25 anos, é desativado e volta novamente em 1999 como Museu histórico. No entanto, como em 1999 ainda não havia o arquivo da Universidade, muitos documentos arquivísticos acabaram sendo encaminhados ao NUME e, atualmente, devido a esse motivo, há a dispersão de fundos documentais tanto no Museu quanto no arquivo. Quando da pesquisa historiográfica, isto pode acarretar problemas ao pesquisador, pois, até então, não há um diálogo entre o Museu e o arquivo neste sentido. Em alguns momentos aconteceu de uma ex-funcionária do Museu ir até o arquivo e averiguar a documentação, chegando a dizer “isso me interessa”, mas o que realmente interessa, o que leva a escolher um documento e não outro? Será que pelo seu objetivo compete ao Museu a guarda dos arquivos permanentes¹³ da FURG? O NUME é um lugar de memória ou memórias? Constrói que identidades? Qual o uso da noção de lugar de memória a partir de Pierre Nora? Pierre Nora (1993) diz que os lugares de memória existem porque já não existem mais os meios de memória, se as pessoas, os grupos habitassem as suas memórias não haveria a necessidade de lhe consagrarmos lugares, os lugares não existiriam porque não haveria memória transportada pela história. Sendo assim, a grande questão que fica é qual a memória que se está preservando?

¹³ São os arquivos que após uma análise criteriosa de avaliação são julgados como possuindo valor secundário ou histórico, por isso, também chamados de arquivos históricos, onde são disponibilizados aos pesquisadores.

No que refere à demarcação do espaço museal e do arquivístico, os museus se caracterizam por serem instituições colecionadoras, ou seja, formam coleções. Já os arquivos são instituições receptoras, a saber, formam fundos e não coleções¹⁴.

No entrelaçamento entre História da Educação e Museologia, concordamos com Teixeira (2013) quando a autora escreve que os acervos de uma instituição museológica podem vir a se configurar como importantes fontes para o estudo da História da Educação e da História das Instituições Educativas.

Mogarro (2005) escreve que os arquivos escolares são tradicionalmente, no campo da história, considerados de menor importância pelo fato de serem escolares e revelarem os processos educativos. Entretanto, a nova historiografia os tem considerado importantes.

[...] O arquivo escolar garante, em cada instituição, a unidade, a coerência e a consistência que as memórias individuais sobre a escola, ou os objectos isolados por ela produzidos e utilizados, não podem conferir, por si sós, à memória e identidade que hoje se torna fundamental construir (MOGARRO, 2005, p.79).

Lopes e Galvão escrevem sobre fontes e o trabalho do historiador:

[...] mas mesmo em sua imponderabilidade, como ter acesso ao passado? Certamente através de traços que foram deixados, dos vestígios não apagados que representam ou que dizem sobre a vida de homens e mulheres das sociedades passadas. [...] sobre o que é a matéria-prima básica do historiador, sobre o que se encontra disponível ou procura e utiliza para fazer história: as fontes (LOPES; GALVÃO, 2001, p.77).

Assim sendo, concordamos com as autoras no sentido de as fontes constituírem a matéria-prima dos historiadores e, nesse sentido, buscar essas fontes nos diversos arquivos é a primeira das tarefas dos pesquisadores. Nunes e Carvalho (1993) convergem nessa direção, escrevendo que os historiadores da educação necessitam das fontes, as quais as autoras chamam de materiais históricos, para a formulação de seus problemas de pesquisa.

É necessário, ao historiador, o exercício da crítica às fontes, não as tomando como um fiel retrato do passado, pensando sempre em pelo menos dois pontos. O primeiro é justamente a questão da seleção: o que chega até o pesquisador são indícios dos documentos e não a sua totalidade. O segundo ponto é o fato de que ao escrever não se registra tudo e, mesmo que por um acaso de sorte, o pesquisador se

¹⁴ Para aprofundar essas discussões ver Bellotto (2006), Tessitore (2003), Castro (2014).

deparasse com todos os documentos produzidos numa determinada época, ainda assim seria necessária a devida problematização e crítica a esses documentos, pois, como já mencionado, a escrita não registra tudo.

Quando se trata da preservação, seja de documentos de arquivo ou de objetos tridimensionais, há uma intenção de preservar e isso, de certa forma, está relacionado a um elo identitário com esses acervos preservados e, no caso aqui analisado, entre a comunidade da Colônia Maciel e a Escola Garibaldi. Ressaltamos que essa comunidade foi originada a partir do processo imigratório ocorrido em fins do século XIX, imigrantes esses de origem italiana, sobretudo, donde se criou um sentido de pertencimento. Nesse contexto, inferimos que essa preocupação com esses materiais esteja relacionada ao vínculo entre a escola e a comunidade. Por isso, o grupo mantém sentimento de pertença pela Instituição educacional.

Podemos observar o mesmo em relação ao NUME e à comunidade acadêmica e riograndina, onde há o forte sentimento de pertença e identidade em relação à constituição de seu acervo. A analogia entre a memória e o esquecimento, ou seja, o que lembrar e o que esquecer? O que faz com que um documento e/ou objeto seja doado ao museu para exposição e preservação e não outro? Dentro dessa perspectiva, entendemos que os arquivos e acervos que se remetem a cultura material escolar, podem estar salvaguardados tanto nas instituições museológicas, quanto nos arquivos ou nas instituições escolares, o que ressaltamos neste artigo não é necessariamente a quem deve ser a guarda desses documentos, mas sim que haja uma articulação entre as áreas da Museologia, Arquivologia e a História da Educação, no que tange a melhor adequação nas questões de preservação e cuidado técnico com os acervos, bem como disponibilização para pesquisas. Outro ponto do texto, é pontuar a necessidade de uma política de preservação de arquivos e acervos em nível mais amplo, onde as instituições tenham controle do seu acervo.

Com essas indagações, passamos às reflexões finais sobre este tema.

4. Considerações finais

O objetivo principal deste artigo foi o de apresentar os usos, as possibilidades e as aproximações entre o campo da História da Educação e as áreas de Arquivologia e Museologia numa vertente específica que são os acervos escolares. Para tanto, apresentamos duas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito da História da

Educação. Constatamos em ambas as pesquisas uma preocupação na preservação dos acervos escolares, mas não a existência de uma política de memória.

Sobre as políticas de memória, elas tanto podem “servir” à memória como ao esquecimento. No caso do Brasil, as políticas de memória por vezes assumem um caráter de “dever de memória”, regulando-se em tentativas de reparar erros históricos do passado. Como exemplo, o caso de demarcação de terras indígenas e quilombolas, propondo um compartilhamento memorial como os *Pontos de Memória* e formas de esquecimento, como a Lei de Anistia de 1979 (FERREIRA, 2011). No âmbito institucional, uma política de memória ancorada na sua preservação é importante, pois não é somente com um lugar determinado para isso que realmente garantirá a sua preservação. Ou seja, tanto a política de memória quanto os “lugares” de preservação são importantes, mas ambas precisam estar articuladas, caso contrário, não teremos uma memória satisfatória e sim uma memória fragmentada.

Consideramos também que todos os acervos escolares de uma instituição devem ser preservados em um único local e que a escola/universidade mantenedora deste acervo deve estabelecer uma política de memória e uma interlocução entre os profissionais da Arquivologia e Museologia. A falta destas instâncias técnicas acarreta na perda e dispersão dos acervos, impactando na preservação da história e memória escolar.

Desse modo, entendemos as políticas de memória como fundamentais no que tange à preservação de acervos, seja ele em uma instituição museológica, arquivística ou escolar. O que podemos perceber nas duas pesquisas realizadas e tratadas nesse artigo é o fato de haver pessoas e/ou instituições preocupadas com a preservação de seus acervos e de sua história, seja na escola ou no museu. Ressaltamos o fato de ser fundamentais, estas pessoas ligadas às instituições mostrarem-se interessadas na salvaguarda de seus materiais. Entretanto, o que estamos dizendo é que existe uma ausência de política de acervos ou de memória abrangente para todas as instituições. As escolas, por exemplo, são uma minoria que preservam seus acervos e, por vezes, a salvaguarda está resumida numa sala configurando um verdadeiro depósito de documentos largados à própria sorte.

Diferente do que ocorre na Escola Garibaldi, onde é possível encontrar documentos desde o início da instituição em 1929, esse material está organizado e guardado com vistas à preservação. Quando questionados os gestores sobre o motivo da preservação, a resposta é simples e ao mesmo tempo consciente: “porque é a nossa história”. Como dito anteriormente, esse cuidado relaciona-se à inserção da

escola na comunidade e isso se faz importante. O que defendemos aqui, é uma política de preservação para estes acervos, neste caso todas as instituições, ou grande parte dela, teria as mesmas condições, entretanto para que isso ocorra há um longo caminho a percorrer. Ao ir em busca de fontes para pesquisas nos arquivos escolares, os pesquisadores, em sua maioria, deparam-se com uma dificuldade inicial: antes de iniciar a pesquisa propriamente, é necessário pôr ordem nos documentos para, então, realizar a busca do que será utilizado. Relembramos aqui a importância que alguns grupos de pesquisa ligados à história da educação têm frente a essa situação, organizando e catalogando os acervos de instituições escolares.

Em relação ao museu histórico universitário NUME, a própria natureza é diferente, um museu *a priori* é um local de preservação de acervos. Observamos, contudo no Museu em questão também uma preocupação com a memória e história da FURG, porém a instituição enfrenta alguns empecilhos, sendo eles principalmente a falta de uma política de memória e de profissionais qualificados para o gerenciamento do acervo, tais como arquivistas, museólogos e historiadores. Outra dificuldade institucional detectada é a dispersão do fundo arquivístico e a ausência de ações conjuntas entre o arquivo geral da Universidade, que conta com arquivistas e técnico em restauração e o Museu. O estabelecimento de uma política de memória contribuiria para o desenvolvimento dessas ações, impactando diretamente na preservação da memória da Universidade e na disponibilização mais adequada do acervo histórico aos pesquisadores.

Com a inserção da história cultural na história da educação, novos objetos e novas fontes de pesquisa ganham espaço. Nesse contexto, estão os arquivos e acervos escolares salvaguardados em escolas, em instituições de memória, ou em museus, por exemplo.

Por fim, ressaltamos que a preservação de acervos passa também pela conscientização de sua relevância não somente para pesquisas acadêmicas, mas para a própria instituição de salvaguarda.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, n. 51, 2005. 232p. (Publicações Técnicas)
- ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar Antônio Callegaro; TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. CEDOC e CEIHE: espaços de preservação da memória escolar. *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v.19, n.47, p.313-317, 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/57982>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

- ARRIADA, Eduardo; TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. Acervos escolares: espaço de salvaguarda e preservação do patrimônio educativo. *Biblos*, Rio Grande, v.26, n.1, p.43-56, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/4063/Acervos%20escolares%20espa%C3%A7o%20de%20salvaguarda%20e%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B4nio%20educativo..pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 jun. 2015.
- BARBOSA, Oswaldo José de Paula. [Entrevista]. 2015. Entrevista concedida a Tatiane Vedoin Viero concedida para fins de pesquisa em 06 agos. 2015, na cidade de Rio Grande, RS.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v.5, n.10, p.193-220, Jul/Dez. 2005. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/175>>. Acesso em: 17 jan. 2016.
- BORTHEIRY-MEIRELLES, Aída Luz. *Memória FURG – NUME: fragmentos da história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande segundo os arquivos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 774, de 20 de agosto de 1969. *Autoriza o funcionamento da Universidade do Rio Grande do Sul, RS, e dá outras providências*. Brasília, Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=62702>>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museologia e Museus: como implantar as novas tendências. *Cadernos de Sociomuseologia*. Portugal, v.10, n.10, p.07-11, 1997. Disponível em: <<http://revistas.ulufona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/296/205>>. Acesso em: 27 mai. 2014.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CASTRO, Renata Brião de. Centro de documentação, documentos, patrimônio: ações educativas voltadas para o patrimônio documental: o caso do CEDOC - Pelotas/RS. 2014. 73 f. *Monografia* (trabalho de conclusão), Curso de Graduação em Museologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- CATÁLOGO GERAL. Universidade Federal do Rio Grande - FURG: 2013. v.17. 272 p. Disponível em <<http://www4.furg.br/paginaFURG/arquivos/menu/000000362.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*. Portugal, n.19, p.35-67, 2002. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:E5doeRdWM3sJ:tercud.ulufona.pt/index.php/pt/documentos-on-line/category/12-2002?download=29:chagas-m-santos-m-2002-pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 27 mai. 2014.
- CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC editora, 1996.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. *Aurora*, São Paulo, n.10, p.102-118, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/4500/3477>>. Acesso em: 17 jun. 2015.
- GONÇALVES, Péricles Antonio Fernandes. [Entrevista]. 2015. Entrevista concedida a Tatiane Vedoin Viero concedida para fins de pesquisa em 20 mar. 2015, na cidade de Rio Grande, RS.
- LE GOFF. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, v.5, n.2, p.75-99, 2005. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/169>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

NORA, Pierre. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, p.07-28, 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos ANPED*, v.5, p.7-64, 1993.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. Acervos escolares e história das instituições educacionais: o caso da Escola Estadual General Osório/RS. *Revista Linhas*, Florianópolis, v.15, n.28, p.154-174, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723815282014154/3107>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*, v.1, 1984. p.51-86.

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.27, p.13-24, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE EXTENSÃO. *Projeto de extensão "Núcleo de Memória da URG"*: FURG: 1994. 5p.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. *Introdução à Arquivologia*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos históricos de museus: o arquivo de História da Ciência do MAST. In: *Documentação em Museus /Museu de Astronomia e Ciências Afins*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 59-66.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. A memória escolar como fonte documental: o contributo da museologia para a história da educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7, 2013, Cuiabá. *Anais eletrônicos... 2013*. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03-fontes_e_metodos_em_historia_da_educacao/a_memoria_escolar_como_fonte_documental.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado, imprensa oficial, 2003.

ZAIA, Iomar Barbosa. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v.5, n.10, p.153-174, Jul/Dez. 2005. Disponível em: <<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/172>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

Data de recebimento: 19.10.2016

Data de aceite: 02.12.2016